



RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL DA CONDSEF/FENADSEF

Data: 02/02/2018.

Local: Auditório do SINDSEP/DF.

Estados Presentes: AM, AP, CE, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RO, RR, RS (Sindiserf), SC e SE.

Total: 95 (92 delegados e 03 observadores).

Pauta: Informes; Avaliação da Conjuntura; Debate sobre formas de enfrentamentos e mobilização contra a Reforma da Previdência (greve, atos, mobilizações, etc.); Campanha Salarial/2018 e Encaminhamentos.

RESOLUÇÕES

As resoluções da reunião do Conselho Deliberativo de Entidades, dia 01/02/18, foram ratificadas na Plenária Nacional da Condsef/Fenadsef, por unanimidade:

- Que a Assessoria Jurídica da Condsef/Fenadsef ingresse ação judicial contra os reajustes abusivos de 19,94%, da operadora Geap, e 22%, da Capesaúde, bem como orientar as nossas entidades filiadas sobre os procedimentos nos seus estados, incluindo também a Assefaz;
- Propor uma auditoria nas contas da Geap e nos demais planos de autogestão;
- Que a Condsef/Fenadsef e filiadas proporcionem debates urgente sobre alternativas e soluções para os planos de autogestão;
- Extensão dos reajustes da Lei nº 13.464/17 para todos os servidores e carreiras que não foram contemplados;
- Campanha de exposição de todos os parlamentares que pretendem votar a favor da nefasta Reforma da Previdência, com cartazes, folders, faixas, carro de som nas bases eleitorais dos deputados e senadores;
- Contra os salários abusivos praticados pelo Poder Judiciário;
- Instalar painel com a posição dos parlamentares sobre a "Reforma da Previdência", no Espaço do Servidor: "VAMPIROS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL" - Condsef/Fenadsef e Sindsep-DF.

PALAVRA DE ORDEM

Defesa dos Serviços Públicos

1. Contra o desmonte dos órgãos públicos;
2. Pela revogação da EC-95;
3. Pela revogação da reforma Trabalhista;
4. Contra a reforma da Previdência;
5. Por eleições democráticas, por um Congresso que represente a vontade do povo;
6. Fora Temer;
7. Nenhum direito a menos.

Eixo Específico

1. Extensão do índice da Lei nº 13.464/17 para todos servidores federais;
2. Aplicação do índice de 25,63% do Dieese;
3. Cumprimento dos acordos assinados em 2015, com todos os setores;
4. Que seja aplicado o valor paritário de 50% per capita da União e do servidor;
5. Data base dia 1º de maio.

19/2 É GREVE GERAL PARA DEFENDER A APOSENTADORIA!

O governo Temer quer acabar com a aposentadoria de milhões de trabalhadores da mesma forma que está tentando acabar com os direitos trabalhistas legalizando o bico e os empregos precários com a extinção de pelo menos 100 itens da CLT. Por isso não aceitamos a contrarreforma Trabalhista e exigimos sua revogação.

Temer colocou em movimento uma máquina de mentiras. Enquanto inunda o rádio e a TV com propaganda paga alardeando a quebra da previdência social perdoando dívidas e multas bilionárias de grandes empresários e ruralistas.

Os devedores da previdência acumularam uma dívida, até 2015, de R\$374,9 bilhões, mais que o dobro do suposto rombo (R\$149 bi) que o governo divulga para propagandar a reforma. Somente com desonerações e renúncias foram mais de R\$ 283 bilhões que deixaram de entrar.

O que o governo quer é engrossar os lucros dos bancos ávidos por botar as mãos na previdência pública. Com isso, quem perde são os servidores, os empregados públicos, o trabalhador do setor privado, que trabalharão mais tempo, receberão menos, e terão seu futuro nas mãos dos banqueiros, isso para não falarmos daqueles que vão trabalhar até morrer porque de bico em bico não terão sequer tempo de contribuição.

Temer e esse Congresso de picaretas travam uma verdadeira guerra contra os direitos dos trabalhadores. A votação da reforma da previdência estava marcada para o dia 5 de dezembro, mas foi adiada pela pressão dos sindicatos, dos movimentos sociais e do povo. Mas eles não desistiram, o governo anunciou em janeiro mais 10 bilhões em emendas para obras em redutos eleitorais dos deputados que votarem favoráveis a reforma. Por isso nossa luta não pode parar!

Para tentar assegurar a aprovação da reforma da previdência eles querem tirar Lula da eleição, por isso a condenação sem crime e sem provas, três semanas antes da



data prevista para a votação. Querem tirar das eleições aquele que já se manifestou contra esse ataque à aposentadoria e assumiu o compromisso de propor a Constituinte, plebiscito ou referendo para revogar a reforma trabalhista.

Não caia na enganação de Temer, a previdência não vai quebrar, basta cobrar de quem deve e gerar mais empregos, diferente da política desse governo que colocou na rua 12 milhões de desempregados, fez explodir a violência, provoca o caos nos serviços públicos e entrega de mão beijada as riquezas da nação.

No 19/2 nós servidores federais daremos o primeiro passo para uma forte Campanha Salarial em 2018.

Pelo atendimento de nossas reivindicações!

Nenhum direito a menos! Revogação da reforma trabalhista!

19/2 é dia de Greve Geral pela Previdência!

CARTA DE BRASÍLIA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E EM DEFESA DA DEMOCRACIA

O governo Michel Temer não tem o menor constrangimento de implantar uma agenda claramente neoliberal, antinacional e antipopular. Ela representa os interesses do sistema financeiro e do grande capital internacional, ratificada, lamentavelmente, por setores do Poder judiciário e Ministério Público e dos principais meios de comunicação.

De forma ilegítima, Temer tem violado a soberania nacional e os interesses do povo brasileiro ao entregar jazidas do pré-sal às petroleiras estrangeiras a preço de banana, isentando-as do pagamento de um trilhão de reais em tributos. Promoveu o fim da política de conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, exportando para outros países os empregos que deveriam ser gerados no Brasil. Congelou os investimentos em educação, saúde e infraestrutura por 20 anos, ao mesmo tempo que perdoou bilhões de reais em dívidas das grandes empresas.

Para os pobres, o governo atual tentou afrouxar o conceito de trabalho escravo e aprovou a reforma trabalhista, que retira direitos, reduz salários e promove a terceirização sem limites. O resultado é uma catástrofe social sem precedentes, com mais de 12 milhões de desempregados e a volta do Brasil ao mapa da fome.

Nesse cenário catastrófico, insere-se a Reforma da Previdência, mais um capítulo da destruição do Estado social erigido com a Constituição de 1988. A proposta do governo promove a exclusão da Previdência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

O governo mente em sua propaganda quando ataca os servidores públicos e afirma que a Reforma combate privilégios. Na verdade, a proposta desfigura o sistema de seguridade social duramente conquistado e promove o desmonte da previdência



social pública, estimulando a previdência privada. Os que não podem pagar serão empurrados para a exclusão e a pobreza.

Há vários pontos para o povo brasileiro repelir a Reforma da Previdência. Está comprovado, ao contrário do que diz o governo, que não há déficit na Previdência. O sistema sofre com fraudes, desvio de recursos, desvinculação de receitas, isenções fiscais e perdão de dívidas.

É uma Reforma contra a dignidade humana, pois condena milhões de brasileiros a trabalharem até a extenuação de suas capacidades. Querem 40 anos de contribuição para a aposentadoria integral, desconsiderando aspectos geográficos e sociais. Pior ainda para as mulheres, que sofrerão aumento de 10 anos de contribuição (de 30 para 40 anos). No caso das professoras, a ampliação é ainda maior, de 15 anos.

A idade mínima (65 anos para homens e 62 para mulher) também é draconiana, especialmente com os trabalhadores que entram mais cedo no mercado. Um pedreiro que começa a trabalhar aos 16 anos, trabalhará 49 anos para alcançar a idade mínima. Como essa idade mínima sobe 1 ano a cada 10, o trabalhador, na melhor das hipóteses, se aposentará com 69 anos de idade. São 53 anos de contribuição para ter aposentadoria integral.

Ao contrário do que diz a propaganda enganosa do governo, a Reforma acaba com a aposentadoria especial para os pequenos produtores rurais e pescadores artesanais, na medida em que impõe contribuição mensal para cada membro da família. Além disso, ela troca o conceito de 15 anos de comprovação de atividade rural para 180 contribuições mensais.

Os assalariados rurais também são fortemente prejudicados, porque passam a se enquadrar na regra geral: os homens passarão de 60 para 65 anos e as mulheres de 55 para 62 anos.

A consequência será o êxodo rural e o aumento da pobreza no campo.

A reforma ataca a pensão por morte, impedindo que o segurado deixe a pensão integral para sua família.

Mais uma vez, a intenção de Michel Temer, MDB, PSDB, DEM e aliados é pagar a dívida do golpe junto aos setores que o apoiaram, jogando para os mais pobres todos os custos das medidas de austeridade e supressão de direitos. É um governo que fala em "acabar com privilégios", mas perdoa débitos milionários dos grandes devedores da Previdência Social. Não combate a sonegação, não promove o crescimento da economia para gerar empregos e assim solapa a sustentabilidade da Previdência Social.

O golpe jogou por terra a soberania popular e qualquer compromisso com a democracia. E quando a democracia é comprometida, qualquer abuso é possível, inclusive impor uma Reforma da Previdência com tamanho grau de supressão de



direitos. Temer, entretanto, age ditatorialmente, comprando votos e gastando milhões, para tentar empurrar uma reforma que beneficia sobretudo o sistema financeiro.

Nesse cenário nefasto, de quebra das normas democráticas, insere-se a condenação injusta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É uma tentativa de grandes interesses econômicos nacionais e estrangeiros, em especial do sistema financeiro e de petroleiras de outros países, de afastá-lo, com ajuda de seus prepostos no Judiciário e no Ministério Público, a fim de consolidar a agenda antinacional e antipopular dos golpistas.

Portanto, lutar contra a Reforma da Previdência e defender o direito de Lula ser candidato à Presidência da República faz parte de um contexto mais amplo de defesa da democracia e da manutenção das conquistas econômicas e sociais obtidas pelo povo brasileiro ao longo de décadas.

Por tudo isso, conclamamos o povo brasileiro a pressionar os parlamentares a dizerem **NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA!**

Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2018.


Sérgio Ronaldo da Silva
Secretário-Geral da Condsef/Fenadsef